*Artigo

REFORMA TRIBUTÁRIA

Os desafios são imensos para superar crise institucional, política, econômica e financeira, necessitando de medidas urgentes, que passam pela reforma política, previdenciária, ajuste fiscal e a tão almejada reforma tributária, que a muito tempo esperamos. Em decorrência da ebulição na política e em especial pela corrosão da economia nacional a reforma tributária tem sido um assunto dos mais debatidos, além de ser visto como caminho para recuperação da saúde financeira do Brasil.

O que esperar, quando os brasileiros vivem com um sistema de arrecadação de impostos complexo e ineficiente, que aumenta os custos, eleva a carga tributária, gera insegurança e prejudica o crescimento da economia.

Atualmente temos mais de 60 tributos (federais, estaduais e municipais), aliado a isso, têm-se a completa ausência de transparência quanto ao custo dos impostos, que é prejudicial à própria democracia, pois as pessoas não sabem quanto custa o financiamento do governo, porque impossível saber qual o montante dos tributos se paga.

Não só o setor produtivo, mas toda a sociedade almejam esta Reforma, em vista à uma maior progressividade do peso dos tributos sobre a população, para corrigir essa grave disparidade de quem ganha mais pague proporcionalmente mais, pois hoje ocorre o inverso. Tudo porque a tributação onera a produção, penaliza o consumo e limitam o acesso da população de menor renda ao mercado.

Cada pessoa trabalha 153 dias para pagar impostos, e, o pior de todas as incoerências reside no fato de que a sociedade recebe pouquíssimo em troca da enorme carga tributaria que é obrigada a arcar. Fácil constatação ao olhar a situação da saúde, educação, segurança, que embora se pague impostos para isso não os tem, restando buscar a iniciativa privada para ter saúde, educação, segurança, previdência e para isso paga-se mais impostos.

Com as contas públicas no vermelho é difícil imaginar redução, pois como reduzir a carga tributária mantendo uma máquina burocrática, com excesso de regalias e privilégios em todos os Poderes. Como explicar à população, que 1 senador custa por ano 33 milhões e 1 deputado 6,6 milhões e, para bancar todas as regalias o Congresso possui um orçamente de 6,1 BILHÕES anual.

Por todo este conjunto, a reforma enfrenta dificuldades para avançar, arrastando à décadas, sem obter consenso. Há muitos interesses envolvidos (Estado e Empresas), que obstam seu avanço, dentre eles:

Interesses de setores específicos beneficiários de incentivos fiscais, alíquotas reduzidas e regimes especiais da atual legislação tributária;

Interesses dos Estados e municípios que recusam perder receitas do ICMS ou ISS, bem como aqueles Estados querem poder conceder incentivos fiscais, para implantação de empresas; e

Desinteresse em enxugar a máquina pública, eliminar os excessos de gastos e acabar com os excessivos privilégios incrustados em todas as searas dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Com este panorama, está sendo discutida na Comissão Especial da Câmara dos Deputados uma proposta. O principal objetivo dela é a simplificação da legislação tributária unificando as legislações do ICMS, eliminando tributos, trazendo maior racionalidade econômica e reduzindo as obrigações acessórias das empresas.

A proposta deve prever até cinco alíquotas do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com incidência nacional sobre produtos e serviços finais, unificando cinco impostos atuais e contemplar a extinção de nove tributos (ICMS, ISS, IPI, IOF, CSLL, PIS, Pasep, Cofins e salário-educação):

1. a incorporação da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);
2. a redução gradativa da contribuição dos empregadores para previdência social;
3. a criação de um Fundo de Eqüalização de Receitas (FER) para compensar eventuais perdas de receita do ICMS por parte dos estados;
4. a instituição de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), permitindo a coordenação da aplicação dos recursos da política de desenvolvimento regional.

Não há previsão de redução da carga tributária, mas também não haveria aumento, todavia sinaliza-se uma expectativa de redução significativa da alíquota dos alimentos e medicamentos. Não dá para comemorar muito, pois será compensado de outra forma, mas é um vitória.

Caso venha ser aprovada, não é o que todos anseiam que é a redução de impostos, mas poderá contribuir com a recuperação da economia do país.

Wilker Christi Corrêa
Advogado

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Mais de 750 pessoas são beneficiadas pelo Procon Estadual

Em dois dias de participação do Procon Estadual, órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), na quarta edição da Caravana da Transformação, a Superintendência de Defesa do Consumidor beneficiou mais de 750 pessoas da cidade de Jaciara (município localizado a 144 km de Cuiabá) e região. Além de prestar orientações jurídicas sobre os direitos e deveres dos consumidores, os servidores do Procon-MT auxiliaram a população a registrar reclamações na plataforma online www.consumidor.gov.br. Também foram distribuídos materiais educativos, com orientações gerais sobre a legislação consumerista, direitos dos idosos e uso do cartão de crédito, e com dicas de combate ao endividamento e sobre o uso dos serviços essenciais (água e esgoto, energia elétrica e telefonia). O Procon também realizou atividades lúdicas de Educação para o Consumo e apresentação de Teatro de Fantoches com as crianças e jovens participantes da Caravana. A quarta edição da Caravana da Transformação iniciou no dia 24 de janeiro e encerra em 03 de fevereiro, com extensa programação de palestras e oficinas abertas ao público.

Mamografias gratuitas

O Hospital de Câncer de Mato Grosso (HCanMT) oferece mamografias gratuitas para mulheres entre 40 e 69 anos. Para marcar o atendimento basta ligar nos números (65) 3648-7531/3648-7582/3648-7512/36487599 e agendar. Por email o contato é agendamentoexames@hcancer.com.br. No dia da consulta venha com o cartão do SUS e documentos pessoais.

HCanMT

Podem fazer o exame mulheres que não realizaram o procedimento nos últimos 12 meses, sem necessidade de pedido médico. O objetivo do HCanMT é atender mais mulheres e proporcionar a prevenção ao câncer. A mamografia é realizada no Centro de Prevenção e Diagnóstico de Câncer de Mama Dona Nini Constantino. O serviço é filantrópico e o espaço é mantido por um doador anônimo.

Aumento

A Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Mato Grosso (Ager-MT) autorizou o aumento da tarifa de pedágio em duas rodovias do Estado. A autorização foi publicada no Diário Oficial do Estado de segunda-feira, 30, e entrará em vigor a partir do dia 5 de fevereiro. Com a determinação, a tarifa deverá passar dos atuais R$ 8,20 para R$ 8,75, para veículos de passeio e de R$ 4,10 para R$ 4,35 para motocicletas.

De R$ 5,30 para R$ 6,30

Uma das mudanças irá valer para a praça localizada na MT-130 – administrada pela Concessionária Morro da Mesa, no trecho que liga os municípios de Primavera do Leste e Rondonópolis. Além disso, o aumento também será aplicado à Rodovia da Mudança, trecho de 133 quilômetros entre as rodovias MT-449 e MT-388, ligando Lucas do Rio Verde ao distrito de Ana Terra, em Tapurah.

*Bastidores da Política

Sinop

A prefeita de Sinop Rosana Martinelli (PR) se reuniu na tarde de ontem, com o vice-governador Carlos Fávaro (PSD). Na pauta de discussões está a onda de violência na cidade que culminou na execução de nove pessoas em menos de 24 horas. Além disso, Rosana salienta que busca uma audiência com o secretário de Segurança Roger Jarbas.

Preocupada

A prefeita pondera que, embora o setor não seja de sua responsabilidade, está "extremamente preocupada". Os homicídios na cidade-pólo começaram após a morte do policial militar Fábio Zampirão e de um bandido na manhã dessa segunda, 30. A gestora justifica que é necessário treinar adequadamente os profissionais e que não foram previstos recursos para a medida, que será implantada a médio prazo.

R$ 203,54 milhões

O Governo do Estado repassou no mês de dezembro R$ 203,54 milhões do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) às prefeituras. Com o valor o Executivo encerra o calendário de pagamento de 2016 do fundo, que compõe uma importante fonte na formação orçamentária dos municípios. As informações constam no Diário Oficial do Estado que circula na terça-feira.

Preparado

Ao ser empossado presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 2017/2018, o deputado estadual José Eduardo Botelho (PSB), afirma que está preparado para lidar com medidas impopulares. Ao explorar termos como "economia sobrecarregada" e "momentos preocupantes" para se referir a situação econômica de Mato Grosso, o que leva a necessidade de conter despesas para garantir o equilíbrio das finanças.

Promessa

Até o mês de março, a Assembleia Legislativa vai ter que votar a lei complementar que congela o salário e barra a progressão de carreira dos servidores públicos pelos próximos dois anos. Em seguida, votará a reforma tributária de interesse do Executivo que deve acrescentar até R$ 1,4 bilhão no orçamento. O parlamentar ainda prometeu manter uma relação estreita com o governador Pedro Taques (PSDB).

Donald Trump

O decreto de controle imigratório assinado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, também trouxe mudanças na concessão do visto para brasileiros que quiserem viajar ao país. Segundo a assessoria de imprensa da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, grupos que eram isentos da entrevista pessoal, agora terão de passar pelo procedimento.

Novas Regras

Com as novas regras, solicitantes que renovassem os vistos na mesma categoria, até 48 meses após o vencimento; brasileiros e argentinos, entre 14 e 15 anos, e entre 66 e 79 anos, que solicitavam vistos pela primeira vez, terão de fazer a entrevista. Antes, esses grupos eram isentos. As exceções são para solicitantes de vistos diplomáticos e oficiais de governos estrangeiros e organizações internacionais, entre outros.

Controle

A embaixada orienta aos solicitantes de vistos que revisem as alterações anunciadas no decreto presidencial, incluindo o programa de entrevista de visto, para saber se estas mudanças afetarão a categoria de visto. O decreto está disponível, em português, na página da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Trump determinou novos mecanismos de controle de imigrantes e refugiados nos Estados Unidos.

Vereador chama atenção para problemas antigos

Professor Vagner (PSDB) diz que a população não pode se esquecer de problemas antigos, que implicam diretamente na qualidade de vida dos tangaraenses, como a Saúde pública, que nunca recebeu do Governo de Mato Grosso a construção de um Hospital Regional, mas atualmente vive a expectativa de receber a construção já garantida pelo governador Pedro Taques (PSDB). O vereador lembra ainda questões como a MT 240 e 358, que há muitos anos aguardam investimentos sérios. Numa crítica direta ao senador Wellington Fagundes (PR) e ao deputado federal Carlos Bezerra (PMDB), o vereador chamou atenção para o fato de que estes temas não estão na agenda nem do senador, nem do deputado. "Qual a atenção dispensada por eles? As MTs 240 e especialmente a 358, de Barra do Bugres a Chapadão do Rio Verde, em que estes cidadãos que está há 40 anos na política mato-grossense veem proporcionando para resolver os problemas destas vias tão importantes para escoar a produção? Só vimos, até agora, críticas deles ao atual Governo e nenhuma ação que possa solucionar estes problemas citados, que são tão importantes para Mato Grosso", lamenta.